

ESCOLA ITINERANTE DO MST: 20 ANOS DE APRENDIZADOS NA LUTA**ESCUELA ITINERANTE DEL MST: 20 AÑOS DE APRENDIZAJES EM LA LUCHA****ITINERANT SCHOOL OF LANDLESS WORKERS' MOVEMENT: 20 YEARS OF
LEARNING WITHIN THE STRUGGLE**Sandra Luciana Dalmagro¹Caroline Bahniuk²Isabela Camini³

Resumo: O presente texto analisa o significado político e pedagógico das Escolas Itinerantes localizadas nos acampamentos do MST em seu percurso 20 anos. Estas escolas acompanham a dinâmica dos acampamentos e buscam desenvolver o projeto educativo do MST. A fonte de dados tem por base pesquisa documental, e observações em espaços de formação de professores. O artigo sintetiza estudos anteriores das autoras, porém elegendo como aspectos centrais na análise a formação dos educadores, a relação da escola com o Estado e a forma escolar. A bibliografia encontra sustentação, dentre outros, em Pistrak e Freitas. A partir destes aspectos evidenciamos que as Escolas Itinerantes tem desenvolvido diversas e sistemáticas estratégias de formação dos educadores, confronta o Estado burguês ao mesmo tempo em que dele depende e possui potencialidade para questionar a forma escolar e realizar uma escola em sintonia com a luta dos trabalhadores, o que se processa em meio a diversos limites e contradições.

Palavras chaves: Escola Itinerante; acampamentos; MST; Forma escolar.

Resumen: El presente texto analiza el significado político e pedagógico de las Escuelas Itinerantes localizados en los acampamentos del Movimiento Sin Tierra, MST, de Brasil durante sus 20 años. Estas escuelas acompañan la dinámica de los acampamentos e buscan desarrollar el proyecto educativo del MST. La fuente de datos tiene por base la investigación documental, y observaciones en espacios de la formación de los educadores. El artículo resume los estudios previos de las autoras, pero con la elección de los aspectos centrales del análisis se refieren a la formación de los educadores, la relación de la escuela con el Estado y la forma escolar. La bibliografía encuentra sustentación, entre otros autores, en Pistrak y Freitas. A partir de estos aspectos evidenciamos que las Escuelas Itinerantes han desarrollado diversas y sistemáticas estrategias en la formación de sus educadores creando una confrontación frente al Estado burgués, aunque, a la vez dependa del mismo. Posee un potencial para cuestionar la forma escolar y realizar una escuela en consonancia con la lucha de los trabajadores, lo cual se produce en medio, a diversas limitaciones y contradicciones.

Palabras claves: Escuela Itinerante; Acampamentos; MST; Forma de la escuela.

Abstract: This paper analyzes the political and pedagogical meaning of Itinerant Schools located in Landless Workers' Movement (MST) encampments throughout its 20-year history. These schools follow the dynamics of the encampments and aim to develop the MST's educational project. The data source was based on documentary research and observations in teacher training settings. This paper summarizes previous studies developed by the authors; however, it analyzes central issues related to teacher training, the relationship between school and the State as well as the school format. The theoretical underpinning draws on Pistrak e Freitas, among others. Considering such aspects, we have found evidence of several systematic strategies of teacher's training developed by the Itinerant Schools. They confront the Bourgeois State and, at the same time, they depend on it and have potential to challenge the traditional school format and create a school aligned with the workers' struggle, which takes place amidst different limits and contradictions.

Keywords: Itinerant School; Encampments; Landless Workers' Movement (MST); School format.

Introdução

Este texto tem o propósito de marcar os 20 anos de existência da Escola Itinerante do MST e refletir acerca do significado político e pedagógico desta experiência. Escolas existem em acampamentos de Sem Terras desde as primeiras ocupações que deram origem ao MST no início dos anos 1980, porém a denominação Escola Itinerante começa a ser utilizada, tempos mais tarde para designar escolas presentes em acampamentos, no processo da luta e legalização das mesmas no Estado do Rio Grande do Sul em 1996. Posteriormente, tendo por base a experiência em curso, Escolas Itinerantes foram criadas em outros estados do país como no Paraná em 2003, Santa Catarina em 2004, Goiás e Alagoas em 2005 e Piauí em 2008. No entanto, hoje apenas encontra-se em funcionamento no estado do Paraná, devido a fatores como a fragilização da luta pela terra nos últimos anos e o ataque ou descaso de governos.

As Escolas Itinerantes possuem a particularidade de se encontrarem em acampamentos de Sem Terra, produto de ocupação de terras, portanto, em contextos de luta social, de contestação da propriedade privada, de concentração de populações marginalizadas, de desenvolvimento de coletivos e de auto-organização dos acampados. A depender da organização local, estas escolas podem acompanhar a dinâmica dos acampamentos, as lutas e marchas, os despejos, as desapropriações de terras, as ocupações de órgãos públicos em espaços urbanos. Daí o nome Itinerante. “Uma escola que caminha” (CAMINI, 2009), em movimento, sem endereço ou estrutura fixa, portanto, propícia ao questionamento de concepções enraizadas de escolas.

A Escola Itinerante traz em si a carga histórica da instituição escolar, de seus problemas e potencialidades, carrega também o acúmulo do Setor de Educação do MST, compondo seu projeto de escola. Neste sentido, observamos que não é totalmente diferente da escola de assentamento ou das demais escolas do MST; seus objetivos e princípios são os mesmos, que, todavia, se aplicam de um modo determinado a depender da situação concreta. Então, a Escola Itinerante expressa, a seu modo, a luta social, porque é pensada e gestada pedagogicamente desde o espaço organizativo do acampamento.

Como toda escola, ela encontra-se num tempo e num lugar específico, imersa numa realidade que exige repensar e interrogar a dinâmica pedagógica, os conteúdos, a metodologia, a avaliação e a formação dos educadores presentes na forma escolar capitalista. Poderíamos dizer que a Escola Itinerante acontece num lugar privilegiado por vivenciar as contradições na luta pela terra. Para Dalmagro (2010), o acampamento é um espaço onde se encontram pessoas em luta pela vida, por terra, por trabalho e moradia. Um lugar, dentre tantos outros, que expressa a incapacidade do capital em garantir a vida digna para todos, demonstrando sua força e fraqueza. Força, já que mesmo com tantas contradições, mortes, miséria, desumanização, ele ainda se mantém. E fraqueza, porque na medida em que não garante a sobrevivência ou existência digna de milhares de pessoas, força-as a buscarem outras formas de se organizar em sociedade e, no limite, questionarem esta forma de produção da existência humana. A força e beleza dos acampamentos – em meio às suas dificuldades e complexidade – estão em revelar a busca dos Sem Terra por uma nova forma de vida social. O acampamento é, então, um espaço onde a luta de classes, a luta pela sobrevivência, a possibilidade de construir algo novo, está mais forte, mais evidente. É um lugar

propício à contestação, à desestruturação daquilo que é arcaico. As relações de poder autoritárias se enfraquecem, favorecendo emergirem relações sob novos parâmetros. Conforme Freitas (2010) estar neste meio e acompanhar esta dinâmica que reeduca as pessoas acampadas, a Escola Itinerante é um lugar propício à emergência, ao ensaio de uma nova forma de escola, pois está menos controlada pelas amarras do Estado, da burocracia e do peso da forma escolar dominante.

A Itinerante é uma experiência de escola (um projeto e uma prática) que se origina das condições da luta pela terra. É uma escola que se adapta a estas condições e se compromete com as famílias em luta. Temos observado que este compromisso se dá em dois planos, pelo menos. O primeiro, por estar onde está o povo, deslocar-se com ele, acompanhá-lo no acampamento, na reocupação, nas marchas, nas mobilizações. Então, se refere à dimensão da presença física, que é muito importante, pois assegura a escolarização das crianças, adolescentes e jovens onde estes se encontram, e nas condições de luta e conflito. A segunda dimensão é a do compromisso político e pedagógico que aponta para além da presença física, mas para o sentido do trabalho educacional que a escola desenvolve – lutar e construir ao mesmo tempo. É efetivamente uma escola do acampamento, que o MST cria (e busca a regularização junto ao poder público) se apropria e desenvolve. Portanto, busca construir a escola de modo diferente, com outro conteúdo e formato pedagógico, como abordaremos adiante.

Ao mesmo tempo, evidenciamos que as Escolas Itinerantes sofrem mais com a instabilidade das lutas e das políticas públicas e a provisoriedade dos acampamentos. As oscilações na correlação de forças local e o nível de organização de cada acampamento também tendem a se expressar e incidir na escola. Os educadores costumam dizer: “se o acampamento está bem, a escola também está”, indicando uma íntima articulação desta escola com seu entorno. Para além das questões locais, a Escola Itinerante expressa também a conjuntura nacional, uma vez que os aspectos econômicos e políticos do país afetam a disponibilidade dos sem terras irem às ocupações, influem nas condições e posição do MST.

Neste sentido, é interessante observar que o volume de ocupações e a vitalidade da luta pela terra no Brasil possuem influência direta nestas escolas. A Itinerante surgiu na metade dos anos 1990, auge das lutas e expansão do MST. Depois da rápida queda no número de ocupações nos anos 2000, 2001 e 2002, elas voltam a crescer e se mantêm em número elevado entre 2003 e 2007 (DATALUTA, 2015), refletindo a pressão para que o recém-governo petista realizasse a Reforma Agrária. Este contexto, articulado a outros aspectos, possibilitou que seis estados da Federação citados criassem a Escola Itinerante. Porém, o final da primeira década dos anos 2000 revelou não só a ausência de políticas federais distributivas de terras quanto menor disposição dos sem terras irem aos acampamentos. Os últimos anos são marcados por menor número de ocupações e famílias acampadas, e por menor poder de articulação para os embates de classe. Neste contexto, a força das ocupações diminui, assim como a vitalidade dos acampamentos, revelando um refluxo na luta pela terra e, por consequência, nas Escolas Itinerantes. Ao compararmos os dados dos anos de 1999 e 2014 comprovamos essa afirmação. Segundo DATALUTA (2015) em 1999 eram 113 mil famílias acampadas em 856 ocupações e em 2014 o número de famílias diminui para 30 mil famílias, localizadas em 235 ocupações de terra em todo o Brasil.

O número de ocupações e famílias acampadas incide diretamente na potência combativa do MST. A diminuição do número de ocupações decorre de diversos fatores, dentre os quais o avanço do agronegócio e da reestruturação produtiva no campo; as constantes investidas de criminalização ao Movimento; as políticas sociais assistencialistas como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, repercutindo na fração potencialmente organizada pelo MST; entre outros. Essa situação explica, em certa medida, o tom mais moderado do MST no conjunto da esquerda brasileira, o que provocou o deslocamento do protagonismo das lutas sociais e o enfrentamento ao governo federal, mais visíveis na década de 1990. Desde 2014, há uma tentativa de intensificar as ocupações num contexto de agudização da crise social nesse período. O número das ocupações de terra vem aumentando, mostrando a necessidade da Reforma Agrária e a revitalização da luta pela terra. O que significa dizer que o Movimento continua sendo uma das principais forças de esquerda do Brasil, agrupando muitas pessoas e produzindo questões singulares, como por exemplo, sua proposta de escola e, em particular as Escolas Itinerantes (BAHNIUK, 2015).

A Escola Itinerante é construída em meio a esta complexidade da luta pela terra entre os anos 1996 e 2008 em seis estados do país, fruto do debate e trabalho do MST junto às Secretarias e Conselhos Estaduais de Educação de cada estado. Esta conquista ampara-se legalmente na Constituição Federal de 1988 e legislações estaduais – que se referem à educação como um direito de todos e dever do Estado, na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, pela Lei Federal 8.069, do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, e pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002. Importa salientar que o conhecimento da legislação pelos que reivindicavam a Escola Itinerante foi determinante para assegurar e sustentar o direito à educação das crianças e adolescentes nas condições reais onde se encontram.

Exposto de forma sintética elementos da trajetória da Escola Itinerante no país, optamos neste texto por refletir sobre três aspectos centrais na busca por fazer uma escola em sintonia com a luta dos trabalhadores sem terra: a formação dos educadores, a relação com o Estado e a forma escolar.

Aprendizados, limites e possibilidades com a Escola Itinerante

a) Formação de Educadores

Por se tratar de uma Escola diferente e pela sua presença e inserção em espaços singulares, a Escola Itinerante, desde o início, exigiu atenção especial na formação de seus educadores. A princípio, estes precisam estar vinculados à luta pela terra, acampados com as famílias de seus educandos, condição importante para entenderem a função social da escola neste meio. Este princípio perdurou por longo tempo porque o MST através de seus cursos de Magistério e Pedagogia da Terra formava seus próprios educadores para atuarem principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas de assentamentos e acampamentos. Em grande medida, esses educadores iniciam sua atuação docente nas Escolas Itinerantes e são estimulados a realizarem cursos formais de formação de professores. Ou ainda

são militantes e ao realizarem os cursos formais em parceria com as universidades públicas deslocam-se para atuar nas Escolas Itinerantes. Dessa maneira, a maioria possui um vínculo orgânico com o Movimento.

Atualmente, de modo especial no Paraná, por haver expansão da escolarização realizada nas Escolas Itinerantes para os anos finais do Ensino Fundamental e principalmente o Ensino Médio, há vários casos em que educadores vêm de fora do acampamento, residindo em cidades próximas. Há um esforço dos acampamentos e do Setor de Educação do MST em fazer com que estes educadores compreendam as causas da luta do povo acampado, participem de processos de formação permanente no Setor de Educação, e, sobretudo, realizem seu trabalho pedagógico coerente com a proposta pedagógica destas escolas. Atuam também nesses níveis alguns educadores formados nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

A presença de educadores em processo inicial de formação e/ou não conhecedores da proposta das Escolas Itinerantes exige uma formação sistemática. O Setor de Educação do MST juntamente com as escolas em cada estado, organiza um programa de formação dos educadores reivindicando o financiamento ou apoio das secretarias estaduais de educação, o que nem sempre se efetiva, porém nesse processo conta com a participação alguns professores das universidades públicas. São realizados cursos, encontros, seminários e oficinas, específicos para educadores das Itinerantes ou ainda que envolvem outros educadores das áreas de Reforma Agrária. Nesses espaços de formação são tratados de diversos temas necessários à transformação do conteúdo e da forma escolar, como por exemplo: concepção de educação, papel da escola, organização dos estudantes, relação trabalho-educação, planejamento de ensino e os conteúdos específicos de cada disciplina na escola, entre outros. Também há em cada escola uma formação local dos educadores, voltada ao estudo, avaliação da escola e ao planejamento coletivo das atividades de ensino. O trabalho coletivo na formação, no planejamento é uma das grandes marcas da Escola Itinerante.

Importante considerar ainda que a formação dos educadores das Escolas Itinerantes ocorre para além de cursos ou na própria escola, ela tem parte importante de seu processo na dinâmica mesma dos acampamentos, ocupações e lutas. A luta coletiva contém um potencial educativo ou formativo, pois fomenta o questionamento das bases de sustentação da sociedade que são também as bases sob as quais a consciência ou a educação se constituem, como aponta Suchodolski (1976) em “Teoria Marxista da Educação”. O acampamento é um período em que o sem terra se defronta com novas relações, com novas experiências de vida em sociedade, as decisões são tomadas coletivamente em assembleias, o alimento e as roupas são distribuídos equitativamente, os núcleos são a organização de base na qual todos fazem parte, espaço de informação, discussão e decisão que são inspiração para organização da escola. É preciso aprender a viver em coletivo e de modo mais igualitário, muitas vezes em direção contrária à educação já consolidada. Aprender novas relações exige atenção, exercício e algum tempo. Não é uma aprendizagem espontânea nem puramente discursiva. Daí porque a vivência do educador no espaço do acampamento e nas lutas é essencial para entender o projeto social e educacional do Movimento, suas implicações na escola, seu sentido educativo e as formas diferentes em que se busca organizá-la.

Nestes 20 anos compreendeu-se a importância da formação permanente. A prática diária na escola, no acampamento, participando dos diferentes movimentos em que a escola se insere, tem contribuído significativamente para a formação dos educadores, porque os leva a pensar a escola em outra perspectiva, isto é, dialogar com a realidade da vida e não deixar a vida real passar ao largo da escola. Além deste envolvimento, estes educadores são incentivados e motivados a cursar o ensino superior, e seguir estudando na pós-graduação. Temos exemplos de educadores itinerantes que cursaram o Magistério, Pedagogia da Terra, especializações, e atualmente alguns direcionam suas pesquisas no Mestrado tendo foco a Escola Itinerante.

Um exemplo importante na formação pedagógica de dezenas de educadores itinerantes foi o processo de sistematização de práticas pedagógicas de várias escolas itinerantes dos acampamentos do Paraná entre 2008 a 2010. Este trabalho foi realizado junto com educadores que haviam participado da ocupação da terra, organizaram a escola junto com as famílias, ali estavam acampados e eram educadores. Portanto, conhecedores do processo, das dificuldades e dos sonhos de cada um. Eles foram desafiados a reconstruir a história da luta pela terra no estado, a história da ocupação, a luta para conquistar, planejar e construir as estruturas para colocar a escola em funcionamento no acampamento; e ainda, planejar a escola nas marchas e/ou outros espaços em que a realidade exigiu. Este processo de escrita lhes exigiu entender as questões pedagógicas, os conteúdos, a metodologia, a avaliação, a complexidade do processo ensino e aprendizagem, a gestão da escola, as políticas públicas, e a relação com o Estado. Esse processo sistemático de pensar a escola em seu conjunto deu outro significado à prática dos educadores, formando-os para a disciplina consciente e reflexiva de suas práticas educativas itinerantes.

Salienta-se que este processo foi produtivo em dois sentidos: primeiro, na formação dos educadores participantes, porque desenvolveu neles conhecimento de causa, e compromisso com aquilo que eles mesmos construíram; e segundo, porque resultaram na coleção denominada “Cadernos da Escola Itinerante MST”⁴. Esses cadernos servem de referência tanto para o estudo de outros educadores que integraram a luta posterior a esta elaboração, como também para pesquisadores que buscam entender a dinâmica de uma escola itinerante, pública estadual, que tem o MST como seu criador.

No que diz respeito aos educadores e sua formação, um dos principais limites das Escolas Itinerantes refere-se à rotatividade dos mesmos como consequência do contrato de trabalho temporário da maioria deles. Condição essa presente em grande parte das escolas públicas, de forma mais dramática nas escolas do campo. O que gera a cada início do ano letivo um recomeço na formação, logo, implica em descontinuidades na proposta pedagógica. A fragilidade na escolarização básica dos educadores e mesmo em cursos superiores nas diversas áreas do conhecimento também é outro limite que atravessa as Escolas Itinerantes, o que sabemos ser um problema de base do conjunto da educação nacional.

Além disso, quanto à formação de educadores, indicamos que a Escola Itinerante também contribui na formação que ocorre nas Universidades. Constatamos que entre 1996 e 2016 foram produzidas doze dissertações de mestrado e seis teses de doutorado acerca da Escola Itinerante do MST⁵. Isto significa dizer que esta experiência escolar, por muitas vezes negada pelo poder público como direito,

continua sendo tema de pesquisas acadêmicas. A nosso ver, estas pesquisas levam para dentro da academia profundas interrogações acerca da forma escolar.

b) Relação das Escolas Itinerantes com o Estado

As Escolas Itinerantes são escolas públicas, aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Educação dos estados as quais pertencem. Ao comporem o sistema estadual de ensino, as escolas são financiadas pelo poder público, bem como respondem as exigências solicitadas pelo mesmo.

As ocupações de terra ao questionarem a propriedade privada e seu fiel guardião o Estado, tendem a potencializar a criação de novas relações, dentre as quais as estabelecidas nas escolas. Essa condição coloca maior possibilidade das Escolas Itinerantes questionarem o instituído e ampliarem sua autonomia relativa frente ao sistema estadual de educação. Porém, vale registrar, como já observou Bahniuk (2015), que com o passar do tempo e a diminuição da provisoriade dos acampamentos e das lutas, há uma tendência de retorno às velhas relações, as quais incidem na capacidade de questionamento das Escolas Itinerantes.

O MST, particularmente pelas ocupações de terra, questiona o Estado, porém ao mesmo tempo luta pelo acesso às políticas públicas relativas à moradia, à saúde, à educação e particularmente à escola, reafirmando em certa medida o Estado. Essa situação, posta como forma de garantir o acesso ao direito à educação dos sujeitos acampados gera algumas contradições e limitações no desenvolvimento do projeto de educação do MST nas escolas públicas localizadas nas áreas de Reforma Agrária. Essas indagações também perpassaram as análises de Araujo (2007):

(...) na luta para organizar a educação escolar o MST esbarra numa série de condições institucionais impostas pelo **Estado burguês**. No contexto atual não se submeter a tais condições é organizar-se sem a tutela do Estado, o que deixa o Movimento numa condição de substituição do Estado em suas funções públicas. Ocorre que o Estado é um provedor de direitos, o que significa dizer que ele garante o direito, mas não garante a emancipação. Assim, limitar o direito à luta pelo acesso à educação escolar no âmbito apenas dos direitos, os esforços do MST se encerram nos limites do direito e não na emancipação (ARAUJO, 2007, p.316, grifos da autora).

Observamos que nas Escolas Itinerantes são diversos os aspectos que passam pelo controle do sistema de ensino oficial, como por exemplo: a autorização de funcionamento, o reconhecimento do projeto político pedagógico, a contratação de professores, a destinação de recursos (estrutura, equipamentos, merenda escolar), entre outros. Destacamos algumas dessas tensões presentes no desenvolvimento do Projeto de Educação do MST nessas escolas.

Em relação à autorização do funcionamento sublinhamos a luta por sua autorização, tanto em ações diretas, como por meio de ocupações de órgãos públicos, como também a pressão e acompanhamento do tramite necessário para a liberação no interior das secretarias e conselhos da educação.

A alteração de algum aspecto do projeto político pedagógico das Escolas itinerantes, em particular, os que exigem recursos financeiros, como por exemplo: a alteração do tempo escolar,

deslocamento para aulas de campo, contratação de mais educadores, entre outros passam também por um processo longo de negociação entre as secretarias de educação e o MST. Essas reivindicações têm sido pouco incorporadas pela estrutura do Estado, e acabam por serem realizadas na maioria das vezes por meio do trabalho voluntário de professores, acampados e amigos do Movimento.

Reconhecemos a presença mais ativa do MST na definição do conteúdo da formação dos educadores, inclusive em cursos financiados pelo Estado. Num contexto adverso, não há financiamento público para essa finalidade ocasionando maiores dificuldades para realização das formações, mas mesmo assim busca-se criar condições junto às universidades e amigos do Movimento para realização da formação pretendida. Nesses momentos de formação também se estabelecem definições coletivas dando maior unidade ao conjunto das Itinerantes em cada estado.

A ausência de condições físicas adequadas para a realização do trabalho pedagógico é um dos condicionantes impostos pelo Estado nas Itinerantes, desde a liberação de recursos para a construção. A precariedade da estrutura física é evidente nas condições restritas de ventilação, luminosidade, acesso a recursos didáticos – pedagógicos (internet, bibliotecas pouco equipadas, etc). Condição geradora de muitas lutas da comunidade frente aos órgãos competentes, bem como contraditoriamente estimula a criação de novos espaços escolares pelos acampados e o maior envolvimento do acampamento com a escola.

Nossas análises apontam que o controle do Estado, neste caso, está presente nas Itinerantes também por meio da exigência de relatórios, interferência na definição no calendário escolar (das aulas e da formação de educadores), cobrança sobre os coordenadores para realizarem o controle aos demais profissionais na escola. No entanto, verificamos relações solidárias e de companheirismo entre os educadores, em especial em substituições para com os que realizam cursos formais.

Como dissemos anteriormente as Escolas Itinerantes se encontram em espaços provisórios, sua causa primeira é a conquista da terra, logo também da escola de assentamento. Porém verificamos nos processos de transição das itinerantes às escolas de assentamento uma maior cobrança e exigência do estado e/ou prefeitura, tanto na definição dos educadores como na aprovação da proposta pedagógica diferenciada a qual busca imprimir a concepção e educação do MST vivido nas Itinerantes, o que leva muitas vezes a perda da identidade de uma escola ligada à luta social, e em particular à luta pela terra. Essa transição têm se mostrado difícil, mas com a trajetória de vinte anos, o MST tem conseguido lidar de melhor forma com essa situação, amenizando o impacto nesta transição e atuando para que se mantenha a identidade de uma escola em luta na direção da classe trabalhadora, agora assentados.

Enfim, nesse tópico buscamos destacar os limites e as possibilidades de realizar uma escola financiada pelo Estado, porém gestada pelos trabalhadores, no caso os organizados no MST. A complexidade da relação estabelecida entre as Escolas Itinerantes e as secretarias de educação demonstra a força da forma escolar capitalista, e refletem as tensões entre o MST e Estado. Evidenciá-las se faz necessário para melhor compreender e formular estratégias no contexto das lutas em geral, como também na luta pelo direcionamento da escola.

Concordamos com Leher (2010) ao afirmar a necessidade de vincular as lutas pela escola pública ao poder popular, com vistas a diminuir a presença do Estado no direcionamento da

formação realizada nas escolas. O autor referenda-se em Marx, em particular no texto “Crítica ao Programa de Gotha” e elabora uma seguinte síntese:

(...) os socialistas não podem delegar a educação do povo ao Estado, pois em virtude de seu caráter classista, é este quem precisa de uma muito rude educação pelo povo. A luta do MST nas escolas públicas é, mais uma vez, uma inspiração. A escola tem de estar vinculada ao poder popular, dialogar com as lutas sociais, ser auto-organizada e autogerida pelos educadores nos conselhos populares (IDEM, p. 72).

c) Forma escolar: elementos do debate atual

Conforme expomos anteriormente, por encontrar-se em local de forte luta social, de menor presença das amarras do Estado, a Escola Itinerante tem questionado o formato escolar vigente. Ela tem sido apontada como inovadora por ser uma escola que “vai onde o povo está”, ou seja, é uma escola que rompe com uma concepção tradicional de que escola é um “prédio”, e que, portanto, é imóvel. Então, a Itinerante inova, pois para as concepções mais tradicionais, como aponta Camini (2009), é difícil conceber uma escola sem endereço fixo, que se move! Isso tem uma repercussão em nossa concepção de escola importante, pois, se ela pode romper com um padrão de estrutura física, parece nos permitir romper com padrões pedagógicos, o que, porém não tem se mostrado fácil.

Nestes 20 anos de Escola Itinerante, muitas experiências foram acumuladas, há belos relatos de trabalhos desenvolvidos, como as salas de aula montadas em marchas e ocupações, embaixo de árvores ou no meio de estradas, o baú de livros itinerante, as audiências de crianças com o poder público, o debate a partir de situações reais das lutas, a escrita coletiva de cartas pelos educandos, denunciando a não realização da Reforma Agrária e as condições precárias em que a escola se encontra na luta pela terra. Estas experiências nos levam ao questionamento do formato escolar vigente, indicando possibilidades para o trabalho pedagógico que se afastam do predominante.

A discussão da forma escolar encontra-se presente desde os primórdios do MST, mas tão constante quanto à necessidade de mudar a escola, foram as dificuldades em fazê-la diferente. Importante experiência foi acumulada neste processo tendo por base os temas geradores, formulados por Paulo Freire e os Ciclos de Formação Humana⁶, ambas as perspectivas subsidiaram e continuam a apoiar a experiência da Escola Itinerante.

Em 2010 se inicia junto às Escolas Itinerantes do MST no Paraná o Experimento com os Complexos de Estudo, tomando por base a Pedagogia Socialista Soviética. Este experimento emerge no processo de sistematização das práticas pedagógicas da Escola Itinerante no Paraná e na busca de lapidar o referencial para estas escolas, em particular nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Nesta parte do texto nos debruçaremos no citado experimento por reconhecermos nele o maior avanço na reflexão acerca da escola e também na tentativa de fazê-la diferente, demonstrando que é possível construir germes de uma nova escola. Por outro lado, o acúmulo deste experimento tornou-se referência para o Setor de Educação do MST no desenvolvimento de seu projeto de escola⁷.

Desta forma, considerando o projeto de educação do MST (MST, 2005), a experiência das Escolas Itinerantes e o referencial da pedagogia socialista soviética (PISTRAK, 2000 e 2009 e SHULGIN,

2013), sintetizamos abaixo os aspectos que consideramos mais relevantes na tentativa de transformação da escola. Estes aspectos se referem à ligação com a realidade e vida no entorno da escola; à articulação entre estudo e trabalho ou teoria e prática e; à auto-organização dos estudantes e à gestão democrática da escola.

A escola é lugar de vida e não de preparação para ela, o estudante vive na escola e fora dela a vida real. Porque então a escola não poderia se apoiar nesta vida real, educar com base nela? A escola precisa ser mudada, construir uma nova forma que favoreça o conhecimento vivo do real e a capacidade de ação sobre ele, o que exige um estudante como sujeito ativo.

O debate acerca da forma escola é antigo. Autores como Enguita (1989), Pistrak (2000 e 2009) e Freitas (2005) se esforçam em demonstrar que a vida e o trabalho real não podem estar presentes na escola burguesa, pois comportam contradições que comprometeriam os objetivos mais amplos de formação para a vida social capitalista. A escola promove então uma assepsia, uma abstração, um afastamento da vida real. Trazer a vida real para a escola, o que se faz, sobretudo pela presença do trabalho produtivo socialmente útil, é algo central para romper o isolamento da escola em relação à vida do estudante e à vida social mais amplamente.

A aprendizagem que se desenvolve a partir de situações reais requer ligação entre as disciplinas ou conteúdos com a vida de um modo não artificial, mas pelo estudo e resolução das situações concretas, o que coloca o trabalho e a auto-organização como elementos fundamentais. Para alcançar este propósito, a escola não pode ser sinônimo de sala de aula, ensinando somente por meio da verbalização, apenas falando sobre a vida, mas deve se organizar acolhendo na dinâmica escolar o trabalho produtivo ou socialmente necessário⁸ e a organização coletiva ou auto-organização dos estudantes. Nesta perspectiva, são necessárias as saídas de campo, as viagens de estudos, os laboratórios, os grupos de estudo, o estudo individual, a sistematização coletiva e individual dos aprendizados deste trabalho, entre outros, incluindo as aulas que favoreçam a apreensão e a intervenção na realidade de modo cada vez mais claro, profundo e articulado.

A inserção do trabalho na escola visa experimentar as possibilidades de aproximar o trabalho manual do intelectual, divisão esta originariamente situada fora da escola (SNYDERS, 2005). A separação entre a formação para o trabalho manual ou intelectual corresponde à divisão de classes (MANACORDA, 2007). Para a pedagogia socialista, a escola é lugar de estudo e trabalho, de fazer e pensar sobre o fazer. O estudante precisa experimentar os dois aspectos do processo educativo e produtivo, projetar e executar, comandar e ser comandado. A união teoria e prática, o aprendizado articulado de ambos é um dos grandes objetivos e uma questão que permanece atual.

A articulação entre estudo e trabalho nos remete diretamente ao projeto social e educativo, assim como a busca pela construção da autonomia e organização estudantil. Os russos questionavam-se: como a escola poderia formar seus jovens estudantes para que fossem os construtores do amanhã? Nesta perspectiva, as crianças e jovens deveriam experimentar na própria escola formas de organização e participação que desenvolvessem a capacidade de coordenar e ser coordenado ou comandar e ser comandado, de crítica e autocrítica, de iniciativa, de inserção na organização coletiva. Cientes de que a escola burguesa está estruturada para formar os estudantes de modo passivo e acrítico, contribuindo para

perpetuar desta forma a posição comandada e submissa da classe trabalhadora, torna-se essencial questionar o poder nas mãos exclusivamente de diretores e professores que atuam nas escolas como representantes do Estado e criar mecanismos de participação, democracia, autogestão. Estas não se desenvolvem, porém de forma verbalista ou abstratamente, mas de modo concreto em face da vida da escola, de sua dinâmica e necessidades, do trabalho para sobrevivência da escola ou da população, do coletivo que compõe a escola.

A noção de atualidade (PISTRAK, 2009), também se faz fundamental, pois traz presente as questões sociais candentes que a escola não pode se furtar. Trabalho e estudo devem guardar relevância para a vida macro e micro social, contendo, portanto, determinações políticas, científicas e culturais fundamentais da atualidade. Assim como em relação à autogestão, a atualidade exige a articulação da escola com o meio ou com o conjunto de espaços educativos existentes no entorno da escola, possuindo potencialidade formativa nas quais a escola poderá se apoiar. Não é apenas a escola que educa, então, a escola deve se aliar aos espaços e atividades educativas que lhe cercam.

As Escolas Itinerantes buscam exercitar estes princípios. De um lado, como já indicamos, a relação destas escolas com a vida social em seu redor, pela própria dinâmica dos acampamentos, tende a ser mais forte. Os acampados estão presentes na luta por escola, em sua construção física e manutenção e nos setores ou coletivos de educação locais. A organização interna dos estudantes das escolas também se inspira na organização dos acampamentos, expressos nos núcleos de base, nas assembleias e coletivos, equipes de trabalho ou núcleos setoriais. Os estudantes realizam pesquisas na realidade local, participam de atividades de trabalho como horta, embelezamento, carregando água ou recolhendo lixo, aprendem a falar e se posicionar nos espaços coletivos da escola ou do acampamento.

Neste contexto observa-se uma maior apropriação dos acampados para com a escola, a escola lhes é de direito e responsabilidade. Em alguns locais a participação das famílias e acampamentos chega a incidir nos aspectos pedagógicos, isto é, no conteúdo e forma do que é ensinado, indicado para um aspecto muito relevante da relação escola – comunidade que pouco é tocado. Mas este movimento ainda é episódico nas Itinerantes e, portanto é um desafio a ser potencializado.

A participação do acampamento na escola mexe então com o conteúdo, a forma e a gestão escolar, em qual comparece também o trabalho, o conhecimento escolar e a auto-organização dos estudantes e educadores. Os núcleos de base (organização básica dos estudantes na Escola Itinerante, no interior das turmas de alunos) expressam a busca pela organização dos estudantes, o exercício de sua autonomia e participação. A partir do experimento com os complexos, constituíram-se os Núcleos Setoriais, os quais incorporam os núcleos de base e o articulam diretamente com o trabalho. Os núcleos existentes nas escolas são os de memória, cultura e comunicação, apoio ao ensino, embelezamento, saúde e bem estar, finanças e estrutura agrícola. Os núcleos são espaços que visam articular o trabalho útil desenvolvido pelos estudantes, com sua capacidade de organização coletiva, o que tem apresentado resultados interessantes e dado mais dinamicidade às escolas, segundo relato dos educadores e estudantes. Por outro lado os núcleos setoriais também propõem a articulação do trabalho e organização para fazê-lo com o conhecimento elaborado a ser estudado na escola, neste sentido visam constituir os estudos em

articulação mais direta com a realidade, para além das salas de aula. As atividades dos núcleos setoriais demandam e são perpassadas por conhecimentos estudados na escola nas diversas disciplinas. Estes conhecimentos não poderiam ser acionados a partir das demandas dos estudantes nos núcleos? Estes conhecimentos não poderiam ser movimentados a partir da realidade escolar (macro e micro) sintetizados nos complexos? (SAPELLI, FREITAS E CALDART, 2015). Passos iniciais começam a ser dados nesta direção, alguns conteúdos já passam a ser vinculados com a realidade, trabalhos interdisciplinares emergem, saídas de campo, experimentos, problematizações, entre outros, mas ainda o são de modo pontual, episódico. Ocorrem quando há educadores que compreenderam melhor a proposta, quando há domínio do conhecimento e disposição, quando há tempo para planejamento coletivo, etc. O vínculo entre estudo, trabalho e auto-organização acontece, mas de forma descontínua, ele ainda não atravessa a estrutura do trabalho escolar, conforme observou Dalmagro (2015).

De acordo com Dalmagro (2015), o experimento com os complexos de estudo nas Escolas Itinerantes do Paraná tem proporcionado avanços significativos como o fortalecimento dos coletivos de educadores nas escolas; a ampliação do tempo escolar, ainda que pequeno, mas é um caminho a ser fortalecido; a organização dos núcleos setoriais e a participação dos estudantes em decisões sobre a escola; o estudo sistemático quanto à proposta e avanço na compreensão da mesma. Destaca-se ainda como pontos positivos a valorização da relação escola e comunidade/acampamento/luta social; importância do planejamento coletivo das ações, maior enraizamento do que significa concretamente a busca pela formação ampla, integral; valorização do conhecimento elaborado na escola e da iniciativa dos estudantes.

Por outro lado as dificuldades e limites para realização da proposta também ficam visíveis. Destacam-se a fragilidade na formação do professor para os complexos e quanto ao conteúdo de sua disciplina; desconhecimento e distanciamento dos educadores quanto à realidade das escolas acrescido da falta de tempo para permanência nas mesmas além do período de aulas; sobrecarga de trabalho dos professores e coordenação das escolas; grande rotatividade de educadores, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental; falta de autonomia das escolas em relação ao Estado para organização de seus tempos, calendário e infraestrutura; acomodação de algumas comunidades acampadas após anos de acampamento, assim como passividade de professores e estudantes quanto à forma escolar.

A positividade maior do experimento até o momento encontra-se no campo da formação dos professores envolvidos e na concepção de escola do MST (DALMAGRO, 2015). O estudo sistemático tem aprofundado a concepção de forma escola, a funcionalidade da escola na sociedade capitalista e a necessidade de sua superação. Estes estudos têm indicado pistas quanto aos aspectos necessários de serem transformados para aproximar a escola da formação integral e consistente, em contraponto a forma escolar capitalista. Evidencia-se ainda a necessidade de que os complexos necessitam de coletivos de educadores, ou seja, de organização coletiva para serem viabilizados e a experimentação tem fortalecido, sobretudo as coordenações pedagógicas das escolas. Estes elementos chegam às escolas e começam a gerar pequenas, mas significativas movimentações na organização escolar e na concepção de professores e estudantes. A depender das condições em cada local, saltos de qualidade poderão ocorrer em algumas escolas.

Considerações finais

Os dias atuais no Brasil tem sido de tempos difíceis, desenhando-se a perda de direitos trabalhistas, a deterioração nas condições de vida e trabalho, a precarização da escola, saúde e demais serviços públicos, tentativas de cerceamento da liberdade de expressão e ensino nas escolas, como por exemplo o Projeto Escola Sem Partido, em tramitação no congresso nacional. As mudanças em curso visam ampliar os ganhos do capital e o controle político ideológico da população, em particular dos jovens.

Neste contexto, muitas lutas e organização desde a base se fazem necessárias. Dentre elas, ganham importância as lutas no campo educacional, como atestam as ocupações de escolas e a construção de experiências escolares comprometidas com os trabalhadores. A Escola Itinerante é uma construção do MST, sua existência tem garantido a educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos nos acampamentos, os quais sofriam com a falta de vagas, a descontinuidade do processo pedagógico devido às mudanças, a discriminação pelo fato de serem Sem Terra, transportes e estradas de difícil acesso, entre outros motivos que impediam o direito à educação dos acampados. Além disso, estas escolas buscam romper, não sem limites, o formato de escola capitalista tendo em vista a articulação do ensino com o trabalho e as lutas sociais e a auto-organização dos estudantes. A Escola Itinerante é impulsionada pelo acampamento e sua luta, locais que estão mais distantes das amarras do Estado. Por outro lado, as Itinerantes por sua existência, também denunciam a lentidão na desapropriação de terras e a inexistência de uma política de Reforma Agrária, o que faz com que muitos acampamentos percam sua dimensão provisória, existindo a mais de dez anos.

Por estarem coladas à luta pela terra, as Itinerantes estão também mais suscetíveis as diferentes conjunturas. Acompanham com maior intensidade a ascensão e o descenso das lutas e do próprio MST. Ao mesmo tempo as escolas fortalecem a luta dos sem terra ao darem mais segurança aos pais com filhos em idade escolar, mostram à sociedade a preocupação do MST para com a educação, criam e fortalecem as escolas nas áreas de assentamentos.

Atualmente no campo crítico da educação brasileira, são poucas as experiências escolares que se propõem alterar radicalmente a forma escolar, o que se busca exercitar nas escolas do MST: o vínculo com a vida, a auto-organização dos estudantes, a relação com a comunidade. Neste processo, exigem a formação dos educadores articulada à luta social e impõe desafios na relação com o Estado, mantenedor desta escola, num processo onde busca-se exigir do Estado as condições materiais sem que o Estado interferira no conteúdo da educação.

Em particular no experimento dos Complexos de Estudos, destacamos o maior avanço na concepção teórica de escola, formação dos educadores, e na participação dos estudantes. O maior desenvolvimento da proposta encontra-se, porém, obliterado em boa medida pelas condições existentes nas escolas (falta de infraestrutura, tempo para estudo e planejamento, rotatividade dos educadores, entre outros) e o pouco tempo de desenvolvimento dessa proposta de tamanha envergadura. A referência na educação russa do período soviético esta presente desde os primórdios do trabalho do MST com

educação escolar, porém nos últimos anos, por meio do experimento com os complexos de estudos, aprofunda-se o entendimento dos seus principais fundamentos, o trabalho, o vínculo com a realidade e a auto-organização dos estudantes, colocando-os em um novo arranjo. Os meandros da organização da escola são visualizados ao mesmo tempo em que se destacam os aspectos imprescindíveis de serem alterados considerando a perspectiva de emancipação humana. Destacamos que o trabalho da escola com o conhecimento elaborado encontra melhor expressão no experimento, evitando a relativização comum em propostas que se pretendem progressistas.

Deste modo, como as experiências de escola na Rússia pós-revolução, deixaram um legado para os trabalhadores no processo de edificação de uma escola na direção de suas lutas, as escolas do MST, em particular as Itinerantes, dão continuidade ao necessário caminho para que a educação escolar contribua na formação de lutadores e construtores de uma nova ordem social. Uma experiência de escola ligada às lutas sociais, como indica a teoria marxista de educação, que em 2016 completou 20 anos. Merece ser reconhecida por aqueles que se colocam este desafio.

Referências

- ARAÚJO, Maria Nalva. *As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST*. Tese (Doutorado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação), Salvador, BA: UFBA, 2007.
- BAHNIUK, Caroline. *Experiências escolares e estratégia política: da pedagogia socialista à atualidade do MST*. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Educação. 2015.
- CAMINI, Isabela. *Escola Itinerante - na fronteira de uma nova escola*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- CAMINI, Isabela; BAHNIUK, Caroline. Escola Itinerante. In: CALDART, et al. *Dicionário da Educação do Campo*, São Paulo, Expressão Popular, 2012. P. 331 – 336.
- DATALUTA. *Banco de dados da luta pela terra*. Presidente Prudente. São Paulo, 2015.
- DALMAGRO, Sandra L. Escola Itinerante: do árduo e do belo. In: MST, *A Escola da luta pela terra*. Ano III, nº 5, Curitiba, abril 2010.
- DALMAGRO, Sandra L. A experiência com os complexos de estudo da Pedagogia Socialista Russa nas escolas do MST. *Relatório final de pesquisa*. Florianópolis, UFSC, 2015. (Não publicado)
- ENGUITA, Mariano. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FREITAS, Luis C. de. *Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas*. São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção cotidiano escolar).
- FREITAS, Luis C. de. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- FREITAS, Luis C. de. Por uma Pedagogia do Meio: revistando o conceito. In: Pistrak (org.) *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FREITAS, Luis C. de. A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção. In: CALDART, Roseli (org). *Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do Campo*. Expressão Popular, 2010.

LEHER, Roberto. 25 anos de Educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, Catia (org). *Trabalho, educação e Saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MANACORDA, Mario A. *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MST. Dossiê MST Escola: Documentos de Estudos 1990 – 2001. *Caderno de Educação n.13* Edição Especial. São Paulo, 2005. PISTRAC, Moisey M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PISTRAC, Moisey. *Fundamento da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PISTRAC, Moisey. (org.) *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAPELLI, Marlene L. S.; FREITAS, Luiz Carlos; CALDART, Roseli (orgs.). *Plano de estudos*. Cascavel – Paraná, 2013.

SAPELLI, M; FREITAS, L; CALDART, R. *Caminhos para a transformação da escola 3 – organização do trabalho pedagógico das escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SHULGIN, Viktor. *Rumo ao politecnismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SNYDERS, Georges. *Escola, classe e luta de classes*. São Paulo: Centauro, 2005.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *Teoria marxista da educação*. vol. 3. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

Notas:

¹ Professora do EED/CED/UFSC. Email: sandradalmagro@yahoo.com.br

² Professora Substituta UFSC. Email: carolbahniuk@yahoo.com.br

³ Email: isacamini@yahoo.com.br

⁴ Os três primeiros cadernos encontram-se publicados: MST. **Escola Itinerante do MST**: história, projeto e experiências. SEED: Curitiba, n° 1, abr. 2008a; MST. **Itinerante: a Escola dos sem terra**: trajetórias e significados. Curitiba, n° 2, out. 2008b. MST. **Pesquisas sobre a Escola Itinerante**: refletindo o movimento da escola. Ano II, n° 3, Curitiba, PR, abril, 2009. Os demais não publicados referem-se a: MST, **Pedagogia que se constrói na itinerância**: orientações aos educadores(2009) e o último, MST. **A Escola da luta pela terra**. Ano III, n° 5, Curitiba, abril 2010.

⁵ As teses de doutorado são: 1) AMBONI, Vanderlei. **A Escola no Acampamento do MST**: Institucionalização e Gestão Estatal da Escola Itinerante Carlos Marighella. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos. Doutorado em Educação. São Carlos, SP, 2014; 2) CAMINI, Isabela. **Escola Itinerante dos acampamentos do MST: Um contraponto à Escola Capitalista?** Porto Alegre, 2009. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009; 3) SANTOS, Maria das Neves Enéias da Silva. **Experiências curriculares em ciclos de formação humana na escola itinerante do MST**: busca de um currículo que valorize a dimensão sócio-emocional. Viña Del Mar-Chile, 2013. (Tese). Doutorado em Educação. Universidad del Mar-Chile. País Chile, 2013; 4) SAPELLI, Marlene L. S. **Escola do Campo – espaço de disputa e de contradição: análise da proposta pedagógica das escolas Itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina**. Florianópolis. (Tese). Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013; 5) OLIVEIRA, Daniela C. **Práticas de leitura nas Escolas Itinerantes do Paraná** - Curitiba, 2014. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2014; 6) BAHNIUK, Caroline. **Experiências escolares e estratégia política**: da pedagogia socialista à atualidade do MST. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Educação. 2015

As dissertações são: 1) WEIDE, Darlan Faccin. **Quefazer Pedagógico em Acampamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul**. Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998; 2) PIERI, Neucélia Meneghetti de. **Organização Social e Representação Gráfica**: crianças na Escola Itinerante do MST. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002; 3) IURCZAKI, Adelmo. **Escola Itinerante**: uma experiência de Educação do Campo no MST. Curitiba, Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007; 4) LUCIANO, Charles Luiz Policena. **Escola Itinerante**: uma análise das práticas educativas do MST no contexto da democracia liberal. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008; 5) BAHNIUK, Caroline. **Educação, Trabalho e Emancipação Humana**: um estudo sobre as escolas itinerantes nos acampamentos do MST. Florianópolis, Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008; 6) PUHL, Raquel Inês. **Escola Itinerante do MST**: O Movimento da Escola na Educação do Campo. Florianópolis, 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de

Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008; 7) FILIPAK, Alexandra. **“Anossa escola, ela vem do coração”** Política Pública de Educação do Campo nas Histórias de Vida de Educadores e Educadoras da Escola Itinerante Caminhos do Saber, Ortigueira, Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009; 8) URQUIZA, Paulo Roberto Urbinatti. **História da Escola Itinerante Caminhos do Saber – Ortigueira - PR 2005-2008**. Londrina, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009;9) GEHRKE, Marcos. **Escrever para continuar escrevendo: as práticas de escrita da Escola Itinerante do MST – Curitiba – PR**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná. 2010; 10)KNOFP. Jurema de F. **A Relação entre o MST-PR e o Governo Roberto Requião: análise da política da Escola Itinerante (2003-2010)**. Cascavel – PR. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Paraná, 2013;11)ZDEBSKI DA SILVA, Janaine. **O Trabalho como princípio educativo nas Escolas Itinerantes do MST no Paraná**. Cascavel - Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. 2013;12)MARIANO, Alessandro. **Ensaio da escola do trabalho no contexto das lutas do MST: a proposta curricular do ciclo de formação humana com os Complexos de Estudos, nas Escolas Itinerantes no Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Centro Oeste-UNICENTRO, 2016.

⁶ Os ciclos de formação humana são originários de setores progressistas ligados à educação, tem como um de seus objetivos a alteração dos espaços, tempos e os processos avaliativos nas escolas, com a intenção de garantir a aprendizagem dos educandos em sua heterogeneidade, segundo Freitas (2003) eles confrontam a linearidade presente na seriação. Nas Escolas Itinerantes do Paraná começaram a ser exercitados em 2005.

⁷ Sobre a trajetória de constituição da proposta do experimento, seus fundamentos e seus desdobramentos nas escolas indicamos o livro: SAPELLI, M; FREITAS, L; CALDART, R. **Caminhos para a transformação da escola 3 – organização do trabalho pedagógico das escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

⁸ Trabalho socialmente necessário foi a denominação dada por Shulgin (2013) para designar o trabalho potencialmente educativo realizado pelas escolas, o qual consiste em ações para além da escola e estão atreladas a situações que sem as quais a vida da comunidade estaria comprometida. Cita alguns exemplos desse tipo de trabalho realizados pelos estudantes: realização de espetáculos (teatro, dança) e festas, organização da biblioteca da comunidade, contribuição na eliminação do analfabetismo, plantação de árvores, combate as pragas, a distribuição e a escrita de cartas para a comunidade, jornais, atuação na rádio.

Recebido em : 09/03/2017

Aceito em: 30/03/2017.